



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 60 30/05/2014

1. Presidente Dilma visita obras de transposição do Rio São Francisco.

A Agência Brasil noticiou a visita que a Presidente Dilma fez, em 13 de maio de 2014, aos canteiros de obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco, nos estados da Paraíba, do Ceará e de Pernambuco, quando esteve acompanhada pelos governadores dos respectivos estados. Após visitar o Túnel Cuncas II, em São José de Piranhas (PB), a presidente seguiu para Jati, no Ceará, onde visitou a Barragem de Jati e se reuniu com representantes de empresas construtoras do projeto. À tarde, a presidente esteve em Cabrobó (PE), onde inspecionou obras da Estação de Bombeamento.

A Presidente destacou a importância do planejamento conjunto entre o Governo federal com os governadores, os prefeitos e as lideranças da região, para o sucesso do empreendimento. Admitiu atraso nas edificações e afirmou que se superestimou a velocidade de implantação dos empreendimentos ao minimizar a complexidade deles. Na reunião com empresários responsáveis pelas obras do Projeto de Integração, disse que os prazos acordados devem ser cumpridos. Na avaliação da Presidente, as obras de integração e a oferta de água à população beneficiada atrairá de volta trabalhadores que deixaram suas cidades em busca de alguma oportunidade de trabalho. Afirmou que os empreendimentos são cruciais para garantir o melhor convívio com a seca recorrente na região. Assegurou que a empreitada vai beneficiar 12 milhões de pessoas em estados do Nordeste e que não faltará água até 2046, o que significa que os retirantes que fugiram da seca podem voltar para as suas terras.

O projeto de integração do Rio São Francisco faz a interligação da bacia hidrográfica com bacias inseridas no Nordeste Setentrional. Essa interligação vai levar água para consumo humano, animal e para ações de desenvolvimento socioeconômico da região. De acordo com o Ministério da Integração Nacional, o projeto tem 470 quilômetros de extensão e beneficiará a população de 390 municípios do entorno. O projeto inclui ainda a construção de aquedutos, estações de bombeamento, reservatórios, túneis para transporte de água, entre outros itens.

2. Audiência pública no Senado.

De acordo com a Agência Senado, a comissão criada a fim de acompanhar o projeto do Governo federal de transposição de parte das águas do Rio São Francisco realizou audiência pública, em 6 de maio último. Na ocasião, o Ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, fez um balanço das obras e declarou que as mesmas ganharam ritmo e deverão ser concluídas até 2015. Informou que hoje há mais de 10 mil trabalhadores entre os diversos empreendimentos, que incluem a recuperação de 23 açudes e a construção de 27 reservatórios, de nove estações de bombeamento, de 14 aquedutos e de quatro túneis para a passagem de água. O Ministro reconheceu que houve períodos críticos, como o abandono dos trabalhos pelas empreiteiras – ocorrido em 2011 e em 2012 – e greves de trabalhadores que



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

paralisaram o projeto, fatos já superados. As metas planejadas para serem concluídas até o fim deste ano são consideradas factíveis.

Representantes da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), que acompanham o andamento das obras e estavam presentes na audiência, elogiaram os ajustes promovidos no projeto original e as melhorias na gestão e na fiscalização. Para a secretária de Fiscalização de Obras do TCU, as obras atingem atualmente seu ápice de execução.

Com relação ao andamento das obras, foi anunciado, na referida audiência, que, dos 16 lotes de obras componentes das metas, dois já estão concluídos: o Canal de Aproximação do Eixo Norte e o do Eixo Leste. Atualmente estão em atividades 14 lotes: Lote 1, em Cabrobó (PE); Lotes 2,3 e 8, em Salgueiro (PE); Lote 4, em Verdejante (PE); Lote 5, em Brejo Santo (CE); Lote 6, em Mauriti (CE); Lote 7, em São José de Piranhas (PB); Lotes 9 e 13, em Floresta (PE); Lotes 10 e 11, em Custódia (PE); Lote 12, em Sertânia (PE); e Lote 14, em São José de Piranhas (PB). Segundo o Ministério, as obras do Eixo Norte funcionam 24 horas por dia.

3. Semiárido nordestino: baixa recarga dos reservatórios em 2014.

A precipitação pluviométrica no Semiárido Nordeste, até maio, foi de baixa intensidade, havendo, contudo, condições favoráveis para o desenvolvimento das lavouras em algumas subáreas da região. Porém, essas chuvas foram insuficientes para proporcionar uma recarga significativa dos reservatórios. Diante dessa realidade os governos federal, estaduais e municipais se movimentam, a fim de proverem o abastecimento de água nas zonas rurais e urbanas, com ações de natureza estruturante e emergencial. Observa-se a seguir exemplos de alguns estados.

Piauí

As autoridades gestoras do abastecimento de água afirmam que, apesar das chuvas ocorridas em todo o Estado, em 2014, mais de 90% dos municípios voltaram a decretar situação de emergência por causa da seca. Segundo a Secretaria Estadual de Defesa Civil, 211 cidades realizaram um novo pedido. Pelo menos 94 dessas cidades foram atendidas por carros-pipa, no ano passado. Nos primeiros meses de 2014, as chuvas chegaram em alguns municípios, mas não foram suficientes para diminuir os efeitos da estiagem. Desde dezembro de 2013, mais de 200 municípios piauienses mantiveram o decreto de situação de emergência. Com a continuidade da seca em 2014, o governo do Estado deve assinar um novo decreto para 94 cidades, que permitirá a continuidade das ações emergenciais.

Ceará

Segundo dados da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (Cogerh) os açudes do Estado estão mais secos do que em 2013, pois o volume médio de água está caindo gradativamente. No dia 9 de abril de 2013 os reservatórios contavam com 42,4% de sua capacidade. O ano continuou alternando entre cheias e secas e chegou a 31 de dezembro



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria de Política Agrícola

Departamento de Economia Agrícola

Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

com 31,3% da capacidade total. Em 2014 as águas continuaram diminuindo a ponto de, em março, chegarem ao seu pior nível, com somente 29,6% da capacidade. Em abril os reservatórios chegaram a 30,9% de seu volume máximo. Dos 144 açudes monitorados pelo órgão, 104 apresentam volume abaixo de 30%. A situação mais preocupante é com os reservatórios que apresentam volume abaixo de 5% da capacidade e que representam significativa importância no abastecimento de muitos municípios.

Com uma quadra chuvosa abaixo da média, registrada até o mês de abril deste ano, e com uma possível ocorrência do fenômeno *El niño*, segundo prevê a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), a situação dos reservatórios do Estado, para o próximo ano, é considerada preocupante pela Cogeh.

Rio Grande do Norte

A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado – Semarh – divulgou que a probabilidade de chuvas regulares diminuiu com o fim do mês de maio, visto que a precipitação se apresentou, mais uma vez, de forma atípica para o período. Na linguagem local, o inverno deste ano, no semiárido, não foi capaz de encher os reservatórios de água no interior do Rio Grande do Norte a índices satisfatórios. A chuva mudou a paisagem em alguns municípios e chegou a proporcionar certa melhora dos níveis de alguns mananciais, mas o cenário ainda preocupa.

Apesar das precipitações registradas nos últimos meses, mais da metade dos açudes monitorados pela Semarh está com o nível abaixo dos 20% da capacidade total. O volume é considerado crítico para atender às necessidades do abastecimento das populações urbanas e rurais. Nove cidades estão em estado de colapso no abastecimento e outros 159 municípios estão em estado de emergência devido à situação climática desfavorável. Para a Semarh, o Estado está em alerta, pois as chuvas ajudaram a recuperar alguns açudes, mas reservatórios importantes como o Gargalheiras, Itans e o açude de Pau dos Ferros acumularam pouca água no último quadrimestre.

Paraíba

A Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa) informou que as chuvas registradas no mês de março último recuperaram, em parte, o volume de água em alguns reservatórios, sendo esperado que outros açudes recebam água com as chuvas previstas pelos institutos de meteorologia. No entanto, a agência informou, também, que 34 dos 121 açudes monitorados pelo órgão estão em situação crítica, com menos de 5% do volume total. Outros 28 mananciais estão em estado de observação, com menos de 20% da capacidade.

Pernambuco

O Diário Oficial do Estado, de 16 de abril de 2014, publica que o Governador inaugura adutora do Pajeú. Na ocasião, também foi assinada a ordem de serviço para a segunda etapa do sistema e foi feito o lançamento do edital de licitação do Ramal do Agreste. A solenidade aconteceu no município de Serra Talhada, no sertão pernambucano, e contou com a presença



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria de Política Agrícola

Departamento de Economia Agrícola

Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

da presidente Dilma Rousseff. A primeira etapa do sistema obteve R\$ 200 milhões em investimentos e tem extensão total de 198 quilômetros. Está previsto captar água do Rio São Francisco, no Lago de Itaparica, no município de Floresta, e levar até a cidade de Afogados da Ingazeira, no Sertão do Pajeú. A obra beneficiará cerca de 177 mil pessoas de sete municípios: Floresta, Serra Talhada, Calumbi, Flores, Carnaíba, Afogados da Ingazeira e o distrito de Canaã, em Triunfo.

Outro empreendimento em início de implantação é a primeira fase da segunda etapa do sistema adutor do Pajeú, que recebeu recursos da ordem R\$ 163 milhões e terá 195 quilômetros de extensão. A obra vai beneficiar, até setembro de 2015, cerca de 112 mil pessoas de nove municípios pernambucanos e cinco paraibanos. Em seu discurso, a presidente Dilma destacou a necessidade de se criar condições diferenciadas para o Nordeste do País. “A sorte do Nordeste não depende da chuva, mas sim de investimentos dos governos federal, estadual e municipal”, defendeu. A presidente lançou também o edital de licitação do Ramal do Agreste. Este com R\$ 1,3 milhão em investimentos e 69 km de extensão. A obra está localizada entre os municípios de Sertânia e Arcoverde. Segundo o governador do Estado, 63 municípios serão beneficiados e terão sustentabilidade socioeconômica durante muitos anos.

A Agência Pernambucana de Águas e Climas – Apac –, que monitora o nível dos açudes do estado, avalia que as chuvas do início de 2014, ocorridas no sertão, amenizaram a situação, contudo, ainda não houve recarga suficiente para tranquilizar a situação de muitos municípios. Técnico da agência afirma que, dos 37 reservatórios da região, 22 estão em situação de colapso e não podem ser usados para o abastecimento das populações. Para haver recarga, as chuvas devem ser suficientes para saturar o solo e vencer obstáculos como barramentos ao longo dos rios, riachos e pequenos barreiros e, enfim, escoar até aos reservatórios, o que não tem acontecido até o momento.

Bahia

A Empresa Baiana de Água e Saneamento – Embasa – fez um balanço de suas atividades diante da maior seca das últimas seis décadas. No abastecimento de água foram investidos recursos para a construção de quatro grandes adutoras com intuito de atender 750 mil pessoas nas regiões de Irecê, Guanambi, Sisal e de Santana, no oeste baiano. Além disso, concluíram-se cinco barragens e ampliaram-se diversos sistemas integrados de abastecimento de água, a exemplo dos de Serrinha-Coité e de Euclides da Cunha. Instalaram-se obras emergenciais em Senhor do Bonfim, Jacobina, Vitória da Conquista, entre outras. Construíram-se e ampliaram-se dezenas de sistemas em todo o Estado. Desde 2007, foram executadas mais de 1,2 mil ações em 320 municípios, totalizando R\$ 7,2 bilhões em investimentos, com recursos próprios, ou financiados pelo Governo federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Técnicos da Embasa avaliam que, apesar do grande avanço, há imensos desafios com o propósito de garantir aos baianos a tão sonhada universalização dos serviços.